

O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Marilene Turella

Edmilson Cezar Paglia

RESUMO

Este trabalho é um pequeno recorte científico-literário que visa apresentar de forma sucinta e objetiva um pouco da realidade educacional vivida pelo sujeito do campo. Não tem a intenção de denunciar, fazer apologia a nenhum tipo de política pública e sim demonstrar a trajetória da escola do campo e a importância que é dada aos moradores da área rural quando se fala em educação de qualidade. O intuito é o de conhecer para ajudar, colaborando com o desenvolvimento de uma escola pública rural de qualidade, afinal a educação de qualidade é direito de todos, e neste, muito se descobriu sobre a movimentação social em prol da educação.

Palavras-chave: educação no campo, qualidade de ensino e movimentos sociais.

ABSTRACT

This paper is a short-cut scientific literature that aims to present succinctly and objectively some of the educational reality experienced by the subject field. Not intend to denounce, to apologize to any type of public policy, but to demonstrate the trajectory of the field school and the importance that is given to residents of rural areas when it comes to quality education. The aim is to know to help by working with the development of a rural public school quality, after all, quality education is everyone's right, and this much has been learned about the social movement in favor of education.

Keywords: rural education, quality education and social movements.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa esclarecer o que, e como ocorre a educação no campo, os processos de aprendizagem, a importância dos movimentos sociais e a relação entre a educação e a escola do campo.

Com o objetivo de proporcionar uma visão mais ampla da importância deste tipo de educação desenvolveu-se este artigo, que traz em seu texto fatos históricos sobre o tema e relatos de experiências reais, expressando o que ocorre no cotidiano da vida e dos métodos de ensino no campo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A Educação no Campo

A história vem contribuir com seus apontamentos demonstrando que o problema da educação no campo resumia-se em preocupações como localização geográfica das escolas e baixa densidade populacional nas regiões rurais. Implicava de certa maneira em longas distâncias que deveriam ser percorridas entre casa e escola, ou o pequeno número de alunos que freqüentavam as aulas gerando um gasto exorbitante para os cofres públicos.

Em contra partida o modelo escravocrata copiado de Portugal e depois adotado pelos próprios brasileiros em que consistia usar a força braçal do homem do campo renegando-lhe seus direitos sociais e trabalhistas só veio a

contribuir para que aumentasse o preconceito contra a população que reside no interior.

Nesse mesmo momento circulava uma pedagogia que visava repassar o conhecimento conforme a capacidade de cada um escamoteando o direito a uma educação contextualizada e promotora de cidadania. No campo então o que se conseguiu promover foi uma educação instrumental, baseada em necessidades elementares mas, que visavam somente treinamento de mão-de-obra.

Com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, que era um movimento de renovação do ensino propondo que as escolas deveriam deixar de ser meros locais de transmissão de conhecimento e tornar-se pequenas comunidades preocupadas em entender e adaptar-se a cada criança do que encaixar-se todas no mesmo molde, começam-se algumas mudanças

Coloca Secad/MEC (2007) que a partir deste buscou-se organizar uma escola mais democrática onde os interesses educacionais estariam voltados para o desenvolvimento intelectual desenvolvido em áreas como as humanas e exatas e também em cursos técnicos como extração de matérias-primas – agricultura – minas e pesca; elaboração de matérias-primas – indústria; distribuição de produtos elaborados; transporte e comércio. Sendo assim, as demandas do campo e da cidade contemplavam-se igualmente.

Contudo a separação da educação das elites e da classe pobre perdurou tanto que foi citada nas Leis Orgânicas da Educação Nacional tendo sido promulgada a partir de 1942. Segundo elas, teria por objetivo o ensino secundário e normal “formar as elites condutoras do país”, enquanto que do ensino profissional “formar adequadamente os filhos dos operários, os desvalidos da sorte e os menos afortunados, os que não precocemente adentram o mundo do trabalho. (SECAD/MEC, 2007)

Com o fim de atender os interesses da elite brasileira na década de 60, esta preocupada já com o aumento dos favelados nas redondezas dos grandes centros, adotou-se a educação rural pelo Estado com intuito de diminuir o fluxo migratório do campo para a cidade. Assegura a LDB de 1961, em seu artigo 105, que “os poderes públicos instituirão e ampararão os serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais”.

A educação do campo aponta BRASIL (2001) vista na legislação brasileira como educação rural possui um significado que se incorpora nos espaços das florestas, da pecuária, das minas e da agricultura, mas, os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. Visto assim, o campo acaba se tornando muito mais do que um perímetro não-urbano e sim um leque de possibilidades dinamizando a ligação dos seres humanos produzindo condições de existência social e realizações da sociedade humana.

Ainda na década de 60 ocorreram muitos movimentos em prol da educação popular com propósito de fomentar a participação política das camadas populares principalmente as do campo, criando alternativas pedagógicas que se identifiquem com a cultura e as necessidades nacionais, opondo-se à ideias alheias a realidade brasileira.

O governo militar em 1964 diz Secad/MEC (2007) perseguiu e reprimiu os movimentos de educação popular. Em contra peso preocupado com o alto índice de analfabetismo no Brasil, procurou atingir resultados imediatos e então criou o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização que deu-se como uma campanha de alfabetização em massa, desvinculada da escola e sem nenhum comprometimento com a escolarização.

Já em meados da década de 80 ainda resistindo à ditadura militar as organizações civis, aquelas ligadas à educação popular incluíram a educação

do campo na pauta dos temas estratégicos para a redemocratização do país. O desejo era construir um modelo de educação em sintonia com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses.

Nesse momento de mobilização e experimentação pedagógica onde se juntam sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias do campo, sindicatos e associações de profissionais da educação, etc., objetivando um sistema público de ensino para o campo enlevado no paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural, relata Secad/MEC (2007) que destacam-se as ações educativas do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e do Movimento Eclesial de Base (MEB).

Também outras iniciativas populares de organização da educação para o campo são as Escolas Famílias Agrícolas, as Casas Familiares Rurais e os Centros Familiares de Formação por Alternância. Estas tendo sido criadas no Espírito Santo em 1969, uma cópia dos modelos franceses, associam aprendizado técnico com o conhecimento crítico do cotidiano comunitário. Já a denominada pedagogia da Alternância baseava-se em uma divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente familiar. Sendo que grandes educadores brasileiros e movimentos sociais apontam-na como uma das melhores alternativas para uma educação do campo de qualidade.

A Constituição de 1988 nesse contexto de mobilização assumiu um compromisso entre Estado e sociedade para garantir que todos os brasileiros tivessem acesso a uma educação para todos, visando o respeito e a adequação de valores culturais e regionais. A própria LDB (Lei nº 9394/96) determina a adequação do calendário escolar às peculiaridades da vida rural e de cada região.

Secad/MEC (2007, p. 13) esclarece que:

Para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo é necessário mobilizar e colocar em cheque ideias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter às desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade.

É necessário acabar com a visão de que os moradores do campo são pessoas atrasadas e incapazes e que possuem os mesmos direitos a uma educação de qualidade tanto quanto os que moram nos centros urbanos. Desconstruir o paradigma de que o aluno do campo precisa desenvolver somente o técnico e o braçal sem ter acesso ao intelectual, base daqueles que geralmente é obrigatória para os alunos dos centros urbanos. É preciso desmistificar essa visão turvada do meio rural, o qual é fonte econômica muito importante para o país.

Para Caldart (2007) o conceito de Educação do Campo é novo, mas, já está em disputa porque o movimento que ele precisa expressar é marcado por contradições sociais muito fortes. Para ela o conceito de educação do campo se enraíza na materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere. Trata-se de uma disputa de “território imaterial” que em alguns momentos torna-se força material na luta política por territórios concretos, como por exemplo, o destino de uma comunidade camponesa.

A educação do campo diz a autora, nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas, nasceu da combinação dos movimentos Sem Terra, da Reforma Agrária, tudo para que as comunidades rurais não perdessem suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seus territórios, suas identidades.

Caldart (2007, p.3):

Os sujeitos que trabalham e vivem do campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, pelas lutas sociais, não tem entrado como parâmetros na construção da teoria pedagógica e muitas vezes são tratados de modo preconceituoso, discriminatório. A realidade destes sujeitos não costuma ser considerada quando se projeta um desenho de escola. Esta é a denúncia feita pela especificidade da Educação do Campo: o universal tem sido pouco universal. O que se quer, portanto, não é ficar na particularidade, fragmentar o debate e as lutas; ao contrário a luta é para que o “universal seja universal”, seja de fato síntese de particularidades diversas, contraditórias.

É importante salientar que o campo não é uma particularidade, nem uma particularidade menor, diz respeito a uma boa parte da população do país, pois, se refere a processos produtivos que são a base de sustentação da vida humana, em qualquer país. Impossível pensar em um projeto de país, de nação, sem pensar num projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura e de educação.

Olhemos por trás de uma indicação geográfica e de dados estatísticos pessoas que possuem diferentes identidades, características, idades, costumes e vejamos que a perspectiva da educação do campo é educar esse povo, essas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. (CALDART, 2002)

O movimento por uma educação dos do campo e não no campo é dizer chega a uma condição escravocrata, domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos. Uma tentativa de fazer das pessoas do campo um instrumento de implementação de modelos que as ignoram e escravizam. (CALDART, 2002)

2.2 A importância dos movimentos sociais para a educação do campo

Munarim (2006) destaca que o MEC depois de 70 anos de existência, somente neste milênio dispôs-se a criar um espaço formal para acolher e coordenar discussões em torno de uma política nacional de Educação do Campo. Ressaltando que essa função vem sendo realizada pelos sujeitos próprios do campo que protagonizam e reivindicam esse espaço. Porém, ainda são muitas as amarras burocráticas impostas pelo MEC e pelo Estado.

São normas e leis autoritárias e excludentes, de orçamentos exíguos e sem controle, de funcionários pouco envolvidos na problemática, de falta de profissionais na medida necessária e formação adequada. Convém dizer, que a criação de uma Coordenação Geral de Educação do Campo pelo MEC tanto pode ser um ponto de alcance das forças populares do campo, como um ponto de partida para um caminho árduo de transformação da máquina estatal. Máquina esta que sempre esquivou-se dos interesses e aspirações das forças populares, sustentada e sustentando preconceitos e projetos políticos e econômicos diversos dos defendidos por esses sujeitos sociais que aparecem nos limites da Educação do Campo. (MUNARIM, 2006)

Entende (Munarim, 2006) que esse processo de construção de uma política pública para a Educação do Campo não teve início com o MEC, e sim, com um movimento que iniciou-se antes no seio da sociedade civil organizada, mais propriamente dizendo, no seio dos movimentos e organizações sociais do campo, em forma de experiências de educação popular na formação dos seus quadros dirigentes e de suas bases, recentemente reivindicando uma escola pública de qualidade como “direito de todos e dever do Estado”, síntese esta do conceito de política pública. As vozes então desses sujeitos organizados que já sedimentavam as bases de uma política pública de Educação do Campo, adentra as portas do MEC.

Merece ressaltar que na busca desses sujeitos por legitimação de sua identidade própria, nas suas relações com outros grupos e com o Estado, por vezes, ao buscarem educação pública como tarefas do Estado resvalam a comportamentos ou impulsos corporativistas. Então ao mesmo tempo em que buscam atendimento igual e universal por parte do Estado, também buscam formas de atendimento particular aos interesses de formação de sua base social específica.

Mesmo assim, vivem esses sujeitos uma espécie de dilema. Ou seja, buscar o patamar da política pública, que quer dizer universal. É definido como estratégia básica, maior e mais nobre de suas ações. Em outro ângulo, implica a cada um desses sujeitos renunciar pelo menos em parte, as condições de formação de sua identidade na medida em que o Estado assume a sua formação. Faz necessário que nessa luta hegemônica entre sujeitos sociais e Estado, o primeiro reivindique a ação do Estado como educador, mas ao mesmo tempo e a partir de suas experiências pedagógicas, informar e mesmo influir diretamente nessas ações que se dão dentro do sistema público.

Seria mais uma forma de resolver o dilema de um jeito republicano, visto que, estão cada um ampliando seu campo de construção de identidade e contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade da educação pública escolar, a qual se torna um peso para alguns gestores públicos que rejeitam a pedagogia dos Movimentos Sociais no interior de suas escolas.

Souza e Rotta (2008) complementam que a Educação do Campo tem estado na agenda política de muitas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação neste início de século. Entretanto, essa inserção se deve à força política dos movimentos sociais do campo, especialmente o MST que, desde o final dos anos 80 tem produzido materiais pedagógicos de âmbito teórico-metodológico sobre a escola necessária aos trabalhadores rurais. Lutam também pelo reconhecimento dos territórios marcados pelo trabalhador rural, seja ele, assentado, quilombola, faxinalense, ribeirinho, entre outros.

Em se tratando do MST, ressaltemos que sua força política reside nas suas três frentes de ação na educação, a saber: reivindicação, proposição e ação pedagógica nas escolas localizadas nos assentamentos da reforma agrária ou nos acampamentos, como é o caso das Escolas Itinerantes, tanto como nos cursos de formação de professores e de profissionais técnicos.

O Movimento em primeira instância demandou escolas públicas para o campo contestando a prática pedagógica marcada por conteúdos alheios a realidade camponesa brasileira. Em segunda instância provocou uma ruptura na concepção de educação e de povos do campo priorizando os interesses dos próprios trabalhadores rurais e em terceira o Movimento em conjunto com a Sociedade e o Estado têm provocado ações pedagógicas voltadas à educação do campo demarcando o que se pode denominar de políticas da educação do campo, ou seja, política de formação de educadores e professores das escolas do campo, política de capacitação de professores que atuam nas escolas públicas e política de reconhecimento das territorialidades dos povos do campo.

2.3 A relação entre educação e escola do campo

A história do campo em nosso país, segundo Souza e Rotta (2008), é marcada por escravidão e trabalho assalariado. O trabalhador não possui autonomia sobre o seu plantio, nem comercialização e muito menos ao fruto de seu trabalho. E, ainda é marcado em meados do séc. XX pela invasão da máquina com o desenvolvimento industrial. Junto vem horas de trabalho controladas, necessidade de instrução, utilização de maquinários, aumento de produtividade e também de desemprego, etc., enfim, exigências do novo modelo econômico. Com isso inicia-se o processo de expropriação da terra e a atração para os centros urbanos industrializados.

Neste séc. XX então que eclodem os movimentos sociais compostos por bóias-frias, sindicatos rurais, atingidos por barragens, ribeirinhos, sem terra entre outros, medindo forças com o Estado e proprietários de terra, formando o denominado MST, sujeitos coletivos que desde 1984 colocam em xeque as relações de exploração e concentração da terra no campo brasileiro.

Souza e Rotta (2008, p. 222):

Embora Marx e Engels afirmem que os camponeses não constituem uma classe revolucionária, é importante ressaltar que o fortalecimento de um sujeito político coletivo – MST- possibilita processos educativos voltados à consciência de classe, especialmente a dos trabalhadores que exercem o papel de mediação no movimento social gerando possibilidades de ampliação do grau de conscientização ou da superação dos processos de alienação entre aqueles que por muito tempo estiveram “cativos” embora criativos na organização de formas de resistência para a sobrevivência na terra.

Com base em tais afirmações elucidemos, portanto a conceituação de campo com a ajuda de Souza e Rotta (2008) para que fique claro aos leitores deste, o âmbito de tais lutas em prol da educação rural, ressaltando que o campo expressa a ideia de propriedade e com ela o abafamento da liberdade.

1º O campo é lugar de disputas políticas entre proprietários de terra, podendo ser supostos proprietários ou trabalhadores, disputas centradas em dois lados, o da riqueza e o da sobrevivência,

2º O campo é lugar de trabalho, transforma a natureza em mercadorias. O trabalhador é sujeito do processo de transformação da natureza compreendendo as atividades que determinam a produção. O sujeito se constrói, transformando a natureza, transforma a si mesmo.

3º O campo é o lugar que melhor expressa a relação homem-natureza, tanto de forma sustentável ou destrutiva.

4º O campo é lugar de experiência de vida e cultura. Produz-se o material e o imaterial.

5º O campo é lugar de conquistas e resistência. São processos violentos de luta pela terra, processos de inovação econômica, cooperativistas, etc.

6º O campo é lugar de organização e divisão de trabalho, características que devem ser analisadas de acordo com a sociedade brasileira, contextualizadas nos conflitos gerados em torno da propriedade da terra e da indefinição de uma política agrária em nosso país.

7º O campo é o lugar do camponês que trabalha a terra, que vive dela. Assim, a educação do campo diz respeito aos trabalhadores que estão ligados diretamente a terra e não àqueles que a tem para fins de especulação, acumulação e exploração.

Fernandes (2004) apud Souza e Rotta (2008) defende que há uma construção de um paradigma da educação do campo em contra partida do paradigma do capitalismo agrário. E vê que essa defesa da educação do campo valoriza o camponês, o assalariado rural e principalmente o direito social à educação pública. Põe-se em discussão a formação de professores voltados à educação do campo, com intuito de melhorar as práticas pedagógicas dessas escolas.

Dá-se então uma concepção de educação que emerge dos trabalhadores, pessoas interessadas no processo educacional, mediadas por um movimento de luta pela terra. É à educação que devemos valorizar no debate educação do campo e não à dicotomia campo e cidade. A defesa da Educação do Campo questiona os materiais didáticos que abordam somente a vida urbana e deixam de lado o meio rural que é a maior característica do Brasil – a realidade camponesa, a diversidade de povos que moram no campo e as relações sociais de trabalho.

Cabe aqui colocar a afirmação de Damasceno e Therrien (1993, p. 9-10) apud Souza e Rotta (2008, p. 223-224):

[...] a fonte primeira na produção do conhecimento é a atividade real do homem; o que não implica negar a importância da sistematização teórica posto que não há prática transformadora sem uma teoria apropriada. [...] O caminho para realizar uma análise fecunda da relação trabalho-educação remete-nos necessariamente para a contribuição da concepção marxista da educação que enfoca a questão não a partir da educação em si mesma, mas do trabalho como atividade fundamental do ser humano que é profundamente vinculada às lutas sociais que emanam das relações sociais de produção.

Vê-se a Educação como mediadora do processo de conhecimentos socialmente e historicamente construídos possibilitando a superação da ideologia e cultura burguesas transmitidas nos livros didáticos, elaborados de forma genérica, atendendo ao princípio de igualdade entre as pessoas.

Pergunta-se, em uma sociedade desigual, que educação se faz necessária? Necessita-se de uma escola que desenvolva processos pedagógicos de apropriação de conteúdos historicamente construídos pela humanidade, localizando-os no tempo e no espaço e estabelecendo relações com a experiência vivida no tempo atual pelos alunos.

Essa educação vem sendo construída com muitas lutas sociais, desde a reivindicação do direito social – ingresso e permanência na escola- até o direito humano de acesso ao conhecimento, cada vez em maior profundidade. Porém, as escolas nos mostram uma realidade bem diferente, a prática pedagógica fragiliza-se no processo de formação de profissionais da educação- formação inicial em nível superior – e também no que concerne à escola como instituição governamental e a profissão professor, muito desvalorizada socialmente e economicamente. Professores e alunos estão no senso comum, em uma condição muito próxima de conhecimento e neste cenário a realidade agrária é desvalorizada nos conteúdos diante do mundo urbano. (SOUZA E ROTTA, 2008)

Entende-se desta maneira que a Educação possui seu papel fundamental na luta pelos movimentos sociais do campo, visto que, é por meio do acesso aos conhecimentos técnicos e teóricos que os trabalhadores podem compreender os processos sociais e as contradições que marcam a sociedade brasileira, buscando alternativas econômicas, políticas e sociais para a própria sobrevivência e para a criação de uma visão de mundo diferente daquela imposta pela burguesia.

A educação do campo conforme Souza e Rotta (2008) é para o povo do campo, contudo, o debate teórico-prático sobre ela carrega o desafio de problematizar o conceito trabalho e o sujeito histórico – trabalhador/camponês. Uma escola necessária à classe trabalhadora é aquela que valoriza os conhecimentos da realidade brasileira e a inter-relação dos outros países do planeta. Enfim, a luta da escola é inserir um debate consistente sobre a realidade agrária e do país e das diferentes relações de trabalho que marcam a trajetória dos brasileiros que permanecem no campo.

A escola do campo parece atuar na direção da consolidação da cidadania, diz Passador (2006), ao menos em seu surgimento. Os jovens do campo estão tecendo uma nova agricultura familiar tentando reelaborar sua especificidade histórica e cultural. Aos agricultores familiares está dando-se uma chance de participar ativamente no processo de sua construção, como sujeitos sociais frente às novas exigências, não só do mercado, também na preservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida.

PASSADOR (2006) explica que ao longo do séc. XX a escola passa a ser vista como um agente civilizador, sendo um dos componentes da ideia de cidade, de lugar do sujeito escolarizado, quer dizer, do roceiro socializado através dela para ser justamente um cidadão. Ocorre que, a concepção de escola como espaço de transmissão de conhecimento legitima-se no imaginário do trabalhador, somente como leitura e cálculo, já que, desconhece os conteúdos trabalhados pela mesma.

Temos assim segundo Freire (1987) apud Passador (2006) a concepção “bancária” de educação. Onde a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante. Neste processo, os educandos recebem os depósitos, guardando-os, e arquivando-os. Educador e educando se arquivam a medida que, sob essa visão da educação, não existe criatividade, nem transformação, muito menos saber.

Não há interesse em desenvolver um senso crítico nos trabalhadores para que eles possam questionar a realidade que os cerca e isso faz com que olhem a cidade como única fonte de melhoria de vida e futuro para os filhos. Sob este prisma, a educação diz Freire, torna-se um instrumento de adaptação dos indivíduos à realidade, a reintegração à sociedade à qual eles mesmos renegaram. Atualmente, ao que diz respeito aos proprietários rurais, principalmente entre os fazendeiros, a escola apresenta-se como um agente de formação profissional em apenas 20% dos casos, sendo que, somente lavradores, pequenos proprietários e operários aceitam que seus filhos estudem apenas até o primário.

Brandão (1984) apud Passador (2006) argumenta que aos filhos dos fazendeiros é dada a liberação para os estudos, entretanto, aos filhos dos camponeses mais é requisitada a sua mão de obra, pois, dificilmente uma família de camponeses pode ter os filhos na escola e sustentá-los ao mesmo tempo.

Uma sugestão é dada por Pessoti (1995) apud Passador (2006) para tentar superar essa dificuldade, a pedagogia da Alternância, consiste em regime de internato, com períodos integrais de formação na escola, alternando com períodos na propriedade familiar. Este recurso permite a unificação no processo de formação profissional, do trabalho coletivo dos professores, dos pais e de lideranças comunitárias.

Em verdade, não existe educação rural, mas, fragmentos da educação escolar urbana introduzida no meio rural. É a educação uma instituição de poder que se concentra na cidade e subordina a vida e o homem do campo. Todas as políticas e projetos de educação rural capaz de “fixar o homem a terra” são ilusórios, devido ao fato de que os trabalhadores rurais não veem mais no campo o lugar de sustento da família porque não há mais condições políticas e econômicas de reprodução da vida familiar.

Uma educação rural adequada à cultura e ao homem do campo precisa ser um elo entre outros elementos de uma política efetiva de redistribuição da propriedade fundiária e de garantia de justiça social entre os trabalhadores rurais. (PASSADOR, 2006, p. 115)

Sem estas condições, de nada adianta conteúdos, currículos, tipos de escolas e ensinos rurais, se há propostas inadequadas, já que o trabalho e as relações de produção nas comunidades agrícolas formam valores e estruturam uma organização social diferente do contexto urbano estendendo-se à organização escolar, exigindo, enfim, que as ações educativas no meio rural sejam norteadas pelas características que lhe são peculiares.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente artigo visa relatar uma experiência desenvolvida em 2007 através de uma pesquisa de campo que tinha por objetivo verificar o número de pessoas que não haviam concluído o Ensino Médio, neste caso, limitei-me ao

bairro São Bernardo do Campo, localidade onde se encontra a escola onde trabalho, sendo a mesma o canal de pesquisa.

Ao entrar em contato com as famílias, muitas vezes pais de alunos que se dirigiam à escola para matricularem seus filhos, pude constatar que a grande maioria não possuía o Ensino Médio completo ou até mesmo nem eram alfabetizados. E parte dessa massa, pode-se considerar a maior, era composta por indivíduos advindos do campo, os quais migravam para a cidade em busca de melhoria de vida. Ao serem indagados sobre tal condição, foi-me evidenciado como alguns motivos pela não escolarização a falta de transporte e a ausência de uma política educacional que abrangesse a população que vivia no campo.

Com o intuito de atender da melhor maneira essas famílias carentes da Educação por motivos acima relatados, e também por agora fazerem parte da minha comunidade escolar é que me propus a desenvolver um projeto de alfabetização e Ensino Médio na modalidade de Ensino Supletivo Tele Salas Telecurso 2000. Dando sequência a este projeto que se realizou na comunidade do São Bernardo do Campo, que em maio de 2007 iniciaram-se duas turmas. Uma, com parceria do Brasil Alfabetizado, com a Prefeitura Municipal de Porto União e o Estado de SC, sendo uma classe de alfabetização com 20 alunos iniciantes e outra, de Ensino Médio com 42 alunos, ambas com duração de um ano e meio.

O projeto rumou com sucesso, tendo a formatura das duas turmas em 2009 e conquistou o apoio do município que optou por continuar oferecendo o mesmo tipo de ensino, agora, atendendo outras localidades e alcançando a muito mais alunos.

E com uma visão totalmente voltada para a Educação e o aluno que aproveitou esta experiência e aprofundou teoricamente neste singelo trabalho com base na literatura específica, a importância de uma política educacional

voltada para o campo e tento trazer informações àqueles que possuem o mesmo interesse e mostrar paradigmas que precisam ser quebrados para que possamos trabalhar esse aluno no meio em que vive e não ter que deslocá-lo para que possa conquistar o seu direito de cidadão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história vem demonstrando que o problema da educação no campo resumia-se em preocupações como localização geográfica das escolas e baixa densidade populacional nas regiões rurais.

Nesse mesmo momento circulava uma pedagogia promotora de cidadania, que visava repassar o conhecimento conforme a capacidade de cada um escamoteando o direito a uma educação contextualizada.

Com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, começam algumas mudanças, a partir deste buscou-se organizar uma escola mais democrática onde os interesses educacionais estariam voltados para o desenvolvimento intelectual desenvolvido em áreas como as humanas e exatas e também em cursos técnicos como extração de matérias-primas – agricultura – minas e pesca.

O governo militar em 1964 diz Secad/MEC (2007) perseguiu e reprimiu os movimentos de educação popular. Em contra peso preocupado com o alto índice de analfabetismo no Brasil, procurou atingir resultados imediatos.

Já em meados da década de 80 ainda resistindo à ditadura militar as organizações civis, aquelas ligadas à educação popular incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos para a redemocratização do país.

Iniciativas populares de organização da educação para o campo são as Escolas Famílias Agrícolas, as Casas Familiares Rurais e os Centros Familiares de Formação por Alternância.

A Constituição de 1988 nesse contexto de mobilização assumiu um compromisso entre Estado e sociedade para garantir que todos os brasileiros tivessem acesso a uma educação para todos, visando o respeito e a adequação de valores culturais e regionais.

É necessário acabar com a visão de que os moradores do campo são pessoas atrasadas e incapazes e que possuem os mesmos direitos a uma educação de qualidade tanto quanto os que moram nos centros urbanos.

O processo de construção de uma política pública para a Educação do Campo não teve início com o MEC, e sim, com um movimento que iniciou-se antes no seio da sociedade civil organizada, mais propriamente dizendo, no seio dos movimentos e organizações sociais do campo, em forma de experiências de educação popular.

A história do campo em nosso país, segundo Souza e Rotta (2008), é marcada por escravidão e trabalho assalariado. O trabalhador não possui autonomia sobre o seu plantio, nem comercialização e muito menos ao fruto de seu trabalho.

Neste séc. XX então que eclodem os movimentos sociais compostos por bóias-frias, sindicatos rurais, atingidos por barragens, ribeirinhos, sem terra entre outros, medindo forças com o Estado e proprietários de terra, formando o denominado MST.

Vê-se a Educação como mediadora do processo de conhecimentos socialmente e historicamente construídos possibilitando a superação da ideologia e cultura burguesas transmitidas nos livros didáticos, elaborados de forma genérica, atendendo ao princípio de igualdade entre as pessoas.

Pergunta-se, em uma sociedade desigual, que educação se faz necessária? Necessita-se de uma escola que desenvolva processos

pedagógicos de apropriação de conteúdos historicamente construídos pela humanidade.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. In: Cadernos Secad/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. In: Relatório do Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001, Brasília, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia, GO, 2007.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº4.

MUNARIM, Antônio. **Elementos para uma política pública de Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna. Brasil Ministério do Desenvolvimento Agrário. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, 152 p.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A Educação Rural no Brasil: o caso da escola do campo no Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006, 200p.

SOUZA, Maria Antônia de; ROTTA, Melody Capobianco. **Movimentos Sociais e Governos na Definição de Políticas da Educação do Campo**. In: COSTA, Lucia Cortes da (org.). Estado e Democracia: pluralidade de questões. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008, 268 p.